

OCUPAÇÕES ■ Governo do Distrito Federal contabiliza 127 barracos na região do Plano Piloto

# Patrimônio mundial degradado

Carlo Iberê

■ BRASÍLIA. A menos de um mês das comemorações de seus 20 anos como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 7 de dezembro, Brasília ainda luta contra as invasões de terras públicas e a remoção de barracos, dezenas deles instalados a menos de 2 km do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. No último levantamento realizado pela Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água, órgão do Governo do Distrito Federal, foram mapeados 70 pontos considerados focos de invasões e irregularidades. Só no Plano Piloto, área nobre da cidade, os agentes encontraram 127 barracos.

O número sobe para 175 construções irregulares quando a fiscalização chega aos condomínios, onde moram as classes média e alta do DF. Segundo o gerente de vigilância da Sudesa, major Anderson Raiza, o problema de Brasília é que a maioria das terras é pública. O número de condomínios urbanos implantados na capital do país chegou a 379 no ano passado. Obra em condomínio irregular, de acordo com ele, é uma modalidade de invasão.

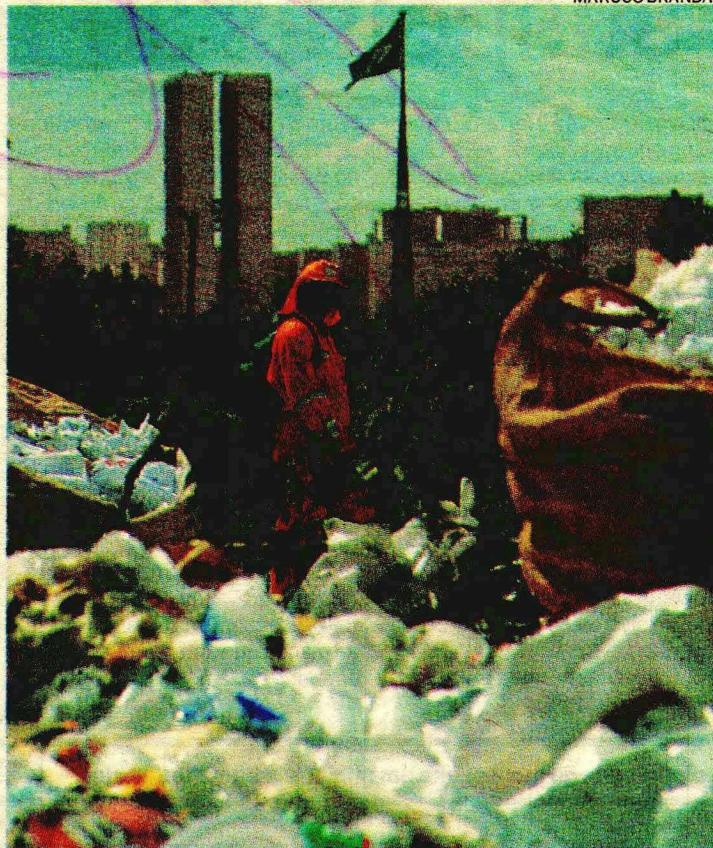
São três os tipos de invasões diagnosticadas. Uma é a construção de barracos por pessoas de baixa renda, geralmente carroceiros e catadores de papel na Esplanada dos Ministérios. Estes, como sabem que serão removidos mais rapidamente, fazem montagens temporárias. Outro tipo de invasão ocorre quando pessoas também de baixa

renda têm o objetivo de ganhar o lote e constroem o mais rápido possível casas de alvenaria, mas sem fundação e sem estrutura. Já nos condomínios de classe média e alta os investimentos são maiores, as casas melhores, mas o objetivo é o mesmo, conquistar o direito de usar o lote sem a devida regularização.

— As pessoas esperam que as regras não sejam obedecidas para conquistarem a legalização do lote invadido. Se retiramos barracos de um lugar hoje, amanhã as mesmas pessoas os constroem em outro lugar. Invasão é um problema social. Essas pessoas precisam de um lugar para morar. Muitas vezes chegamos a um barraco e encontramos lá dentro uma mãe com cinco filhos — lamenta Raiza.

Foi o que aconteceu na última quinta-feira, quando a Sudesa realizou uma operação para retirada de 40 famílias de catadores de papel de um terreno próximo ao Centro Cultural Banco do Brasil, a dois km do Palácio do Planalto. Apesar da vista nobre, de frente também para o Congresso Nacional, os moradores da área estavam instalados em meio ao lixo, moscas e mau-cheiro. A catadora Silvana Maria de Jesus, 36 anos, vive na rua desde 1994, quando saiu da Bahia para o DF. Casada e mãe de dois filhos, ela aguarda a criação dos galpões de reciclagem para buscar um local fixo onde morar.

— Eu não tenho para onde ir. Eu sei que é obrigação do governo tirar



O lixo se acumula em área próxima à Praça dos Três Poderes

a gente daqui, mas para onde eu vou? Não vou pedir esmola, não vou roubar. Preciso do lixo para sobreviver — conta. Silvana afirma nunca aceitar ir para um albergue porque tem medo desse tipo de abrigo.

— Dizem que lá tem estupro. Prefiro ficar na rua — diz.

Segundo outro integrante da Sudesa, capitão Eduardo Conde, os detritos são jogados naquele local há cerca de três anos. Ele afirma que, muitas vezes, os caminhões de lixo do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), despejam os sacos nas invasões.

— Não sei se os moradores dão dinheiro aos motoristas, ou se há ameaças. Acredito que o Estado deveria fiscalizar a chegada dos veículos de coleta nos lixões próprios para isso — sugere. Conde estima que uma operação como a que foi realizada para retirar os invasores custe cerca de R\$ 50 mil aos cofres públicos.

Outra catadora, Eliane Ferreira Ganda, 32 anos, reclama que a ajuda oferecida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (Sedest) não é suficiente.

— Com o dinheiro do auxílio não consigo alugar um barraco de madeirite para duas pessoas. Imagine se vou conseguir uma casa para mim e meus oito filhos — compara. Enquanto os agentes da Sudesa removiam a cama de Eliane, ela disse não ser difícil conseguir outros móveis.

— Pode levar isso aí. Depois eu vou para a rua com meus filhos e ganho colchão, coberta, tudo outra vez.

A diretora de Proteção Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (Sedest) Sandra Regina Martins, observa que os moradores de rua permanecem nessa situação também por culpa dos hábitos de toda sociedade.

— É no Plano Piloto que essas famílias sobrevivem. É mais barato morar na rua, do que em casa na periferia tendo que pagar passagem para ir e vir todos os dias — acredita. (com Flávia Lima e Carolina Vicentin)

MARCOS BRANDÃO